

A GENEALOGIA DA “IDEOLOGIA DE GÊNERO”

THE “GENDER IDEOLOGY” GENEALOGY

Paula Pinhal de Carlos¹
Gabriel Fernandes Mafioletti²

RESUMO

Os estudos de gênero são um campo acadêmico relevante que mudou o modo como compreendemos a organização social, passando a influenciar lutas políticas na busca por direitos. Com a internacionalização e o aumento da organização de movimentos progressistas a fim de demandar liberdades individuais e coletivas, passaram a existir atitudes de destacados atores reacionários nas altas esferas diplomáticas no sentido contrário, buscando limitar essas conquistas. Grupos conservadores e reacionários, buscando frear os mecanismos de reivindicação de direitos, deram abertura a grupos radicais dentro de suas esferas de possibilidade, incentivando-os indiretamente a realizar propaganda junto ao público em geral. Apesar de algumas ações de determinados atores serem razoavelmente bem documentadas na bibliografia existente, persistem lacunas quanto à ligação entre a reivindicação por direitos, feitas especialmente pelos movimentos feministas, e a reação de instituições e Estados, além de lacunas sobre como o cenário internacional influenciou o surgimento do sintagma “ideologia de gênero”. É isso o que este artigo pretende explorar, inicialmente contextualizando o surgimento, o histórico, as adoções e transformações do conceito de gênero em âmbito acadêmico, ao mesmo tempo em que demonstra as influências políticas causadas por tal conceito, principalmente por meio de análise de documentos resultantes de reuniões e eventos diplomáticos.

¹ Possui graduação em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2005), mestrado em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2007) e doutorado pelo Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (2011), com período sanduíche realizado no Institut National D'Études Démographiques de Paris (França). É professora adjunta I da Universidade La Salle, na qual atua como professora permanente do Programa de Pós-graduação em Direito e como professora da graduação em Direito e Relações Internacionais. É também líder do grupo de pesquisa CNPq Efetividade dos direitos e Poder Judiciário e coordenadora do Laboratório Direito e Sociedade. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direitos Humanos, atuando principalmente nos seguintes temas: gênero, sexualidade e metodologia da pesquisa jurídica. Email: paulapinhal@hotmail.com

² Estudante de direito participante como bolsista CNPq do projeto de pesquisa Gênero, sexualidade e Direito: avanços e retrocessos dos direitos das mulheres e da população LGBT, coordenado pela Prof.^a Dr.^a Paula Pinhal de Carlos. Possui experiência em participação de projetos de iniciação científica nas áreas de filosofia e educação. Email: gabriel.201820300@unilasalle.edu.br – Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3707-1481>

Palavras-chave: Estudos de gênero. Ideologia de gênero. Igualdade de gênero.

ABSTRACT

Gender studies are a relevant academic field that has changed the way we comprehend social organization, beginning to influence political struggles in the pursuit for rights. With the internationalization and increase in the organization of progressive movements demanding individual and collective freedoms, came into existence attitudes from prominent reactionary actors in the high diplomatic spheres in the opposite sense, attempting to limit these accomplishments. Conservative and reactionary groups, seeking to restrain the mechanisms for claiming rights, opened up to radical groups inside their possibility spheres, indirectly encouraging them to advertise to the general public. Although some actions from certain actors are reasonably well documented in existing biography, gaps remain regarding the connection between claiming rights, made specially by feminist movements, and the reaction of institutions and states, in addition to gaps about how the international scenario has influenced the emergence of the expression “gender ideology”. This is what this article aims to explore, initially contextualizing the emergence, the history, the adoptions and the transformations of the concept of gender in an academic context, while demonstrating the political influences caused by said concept, mainly by analyzing documents resulting from diplomatic meetings and events.

Keywords: Gender studies. Gender ideology. Gender equality.

INTRODUÇÃO

Sob uma ótica determinista e de modo claramente simplista atores políticos que ocupam posições de poder deturpam conceitos frente ao grande público em uma cruzada contra um suposto inimigo inexistente, ao menos nos moldes deliberadamente propostos por este mesmo cenário atualmente governista. Alegadamente buscando proteger crianças (a princípio de seus próprios professores), o Presidente da República Federativa do Brasil anunciou que pediria um projeto de lei para proibir o ensino da “ideologia de gênero” no ensino fundamental³.

³ No tweet do atual presidente lê-se “O AGU se manifesta sobre quem compete legislar sobre IDEOLOGIA DE GÊNERO, sendo competência FEDERAL. Determinei ao @MEC_Comunicacao, visando princípio da proteção integral da CRIANÇA, previsto na Constituição, preparar PL que proíba ideologia de gênero no ensino

Isso levanta o questionamento: o que seria “ideologia de gênero”, aliás, o que seria “gênero”? Este artigo, além de trazer os apontamentos feitos por outros autores, busca enriquecer o que sabemos sobre o surgimento do termo “ideologia de gênero” por meio da compreensão de um panorama mais abrangente, trazendo a tona documentos e observando a linearidade que os segue, bem como a atuação dos agentes, movimentos e instituições envolvidos.

Existe uma grande diferença entre a “ideologia de gênero” e “gênero” ou “estudos de gênero”. Em grande medida é sobre isso que este artigo trata, mas torna-se interessante esclarecer que enquanto a primeira expressão é usada pejorativamente para referir-se a determinados estudos (embora sem correspondência, acurácia ou mesmo exatidão quando a correlação é feita), os segundos referem-se a estudos feitos em diversos campos quando se relacionam à apresentação e identidade humanas.

Porém, antes de compreendermos da onde surge o adjetivo/substantivo (a depender da ocasião e ator político) “ideologia de gênero” é necessário compreendermos ao que se referem os conceitos “gênero” e “estudos de gênero”, bem como os usos e as utilidades. Nessa intenção, em uma primeira seção, serão trazidas aqui algumas definições e uma parte da discussão sobre esses conceitos dentro dos estudos acadêmicos, depois passando à utilidade do termo para a compreensão da realidade que nos cerca. Por último veremos como começou a ser usada a palavra gênero como conhecemos no âmbito acadêmico e sua progressão, com as devidas contextualizações e pontuações necessárias, bem como observando ao que a palavra está ligada e seu significado.

Em uma segunda parte continuaremos a buscar o que o termo passou a significar politicamente em âmbito internacional, e esta é uma distinção importante já que, a partir do momento em que as compreensões sobre a necessidade de igualdade e tolerância ao pluralismo para o desenvolvimento humano começam a permear organismos internacionais e influenciar governos a apoiar determinadas políticas e ações, entidades políticas reacionárias começam a realizar o movimento contrário. Deste modo, nesta segunda parte iremos analisar

fundamental.” BOLSONARO, Jair M. 3 de set. de 2019. Twitter:@jairbolsonaro. Disponível em: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1168873702668345345>. Acesso em: 03 de jun. de 2020.

as lutas por igualdade, estágios e desenvolvimento dos movimentos feministas em âmbito internacional, principalmente por meio de relatórios, declarações e resoluções, com foco especial nas quatro Conferências Internacionais sobre a Mulher até hoje realizadas.

Na última e terceira parte, após observarmos a relação entre estudos de gênero e os esforços políticos por igualdade em âmbito internacional, analisaremos além de declarações oficiais da Santa Sé também documentos religiosos. Investigaremos a relação entre a crescente aceitação de governos e Estados em relação a direitos de gênero, individualidade e autodeterminação dos indivíduos e os relacionáveis crescentes esforços discursivos eclesiásticos e políticos por parte da Igreja Católica e de Estados Islâmicos na direção contrária. Apesar da pouca atuação direta, como Estado (por parte da Santa Sé), foi importante o espaço oferecido pela Igreja Católica para grupos radicais em suas fileiras, possibilitando uma notável ofensiva antiacadêmica e política.

Ao fim, concluindo, com todos os aportes feitos, buscaremos compreender de forma clara não somente o que significa “ideologia de gênero”, mas também porque os estudos de gênero (em especial a palavra “gênero”) tornou-se o centro dessa disputa. Mais importante ainda, colocaremos o resultado da análise, inferindo a importância e porque certo conjunto de termos e palavras tornou-se tão importante para o debate político, após ter visto o que está em disputa quando políticos e instituições usam a expressão “ideologia de gênero”.

1 O QUE É GÊNERO?

1.1 GÊNERO POR SCOTT E BUTLER

Este conceito possui raízes em estudos sociais e, para os entendermos, ele será observado sob a perspectiva de duas autoras, Joan Wallach Scott e Judith Butler. A primeira, uma historiadora, nos traz uma noção muito utilitária de gênero, permitindo sua aplicação nos mais diversos campos. Apesar de certa simplicidade no tocante a definição, sua contribuição não deixa de ser importante, tendo em vista a necessidade de adaptações para essa aplicabilidade em diversos campos de estudo. A segunda, ligada ao campo da filosofia, traz

complexibilidade ao conceito, mas, no caso, necessária para compreendermos as origens, significados e o que ele carrega, importância incorporada nos discursos que observaremos a seguir.

Talvez o mais importante ao trazer essas duas autoras seja o diálogo de ambas com o pós-estruturalismo ao tratar de gênero pois, ao fazê-lo, em maior ou menor consonância com o estilo filosófico nos permite observar o papel de significação do sujeito frente ao contexto no qual está inserido. Deste modo, é possível enriquecer a análise para muito além do sistema de conhecimento que envolve o ser, mas também reconhecendo a interferência do agente nos aspectos pertinentes a sua formação como indivíduo significante dos estímulos que recebe, explorando sua conexão com o entorno. Ao estudar gênero sob as duas ópticas, é importante mantermos em mente os aspectos e objetivos de ambas as pesquisadoras. Enquanto Scott utiliza gênero como instrumento para compreensão histórica, Butler, inclusive por seu trabalho dialogar muito mais com o campo da filosofia, vai além em termos de definição e questionamento. Mas, pela análise tanto de significação quanto de usos e disputa política acerca de gênero feitas neste trabalho, faz-se necessária a contribuição de ambas.

Inicialmente, uma definição simples é trazida por Veronica Magar (2015, p. 723, tradução nossa): “Gênero refere-se às características socialmente construídas de mulheres e homens, com toda sua diversidade, enquanto sexo refere-se puramente às diferenças biológicas”. Conforme Scott (1990, p. 86) afirma ao falar sobre a definição do conceito explica que “gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e (2) o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder”, de modo que, falando especificamente de gênero, mas de forma generalizada, afirma:

[...] conceitos normativos que expressam interpretações dos significados dos símbolos, que tentam limitar e conter suas possibilidades metafóricas. Esses conceitos estão expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas e tomam a forma típica de uma oposição binária fixa, que afirma de maneira categórica e inequívoca o significado do homem e da mulher, do masculino e do feminino. [...] A posição que emerge como posição dominante é, contudo, declarada a única possível. A história posterior é escrita como se essas posições normativas fossem o produto do consenso social e não do conflito. (SCOTT, 1990, p. 86-87)

Este debate, apesar de contínuo, nos permite visualizar que existem relações e diferenças entre os corpos com os quais nascemos (ainda que possam ser modificados), os papéis que assumimos na sociedade e nossas práticas sexuais. Foi este debate que Simone de Beauvoir sintetizou e alavancou quando, em “O Segundo Sexo” enunciou em sua famosa epígrafe “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher”.

Complexificando, é interessante ainda observar considerações feitas por Butler (2003, p. 24-25)

Levado ao seu limite lógico, a distinção sexo/gênero sugere uma descontinuidade radical entre corpos sexuados e gêneros culturalmente construídos. Supondo por um momento a estabilidade do sexo binário, não decorre daí que a construção de “homens” aplique-se exclusivamente a corpos masculinos, ou que o termo “mulheres” interprete somente corpos femininos. Além disso, mesmo que os sexos pareçam não problematicamente binários em sua morfologia e constituição (ao que será questionado), não há razão para supor que os gêneros também devam permanecer em número de dois.

[...]

O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado (uma concepção jurídica); tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos. Resulta daí que o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é meio discursivo/cultural pelo qual “a natureza sexuada” ou “um sexo natural” é produzido e pré estabelecido como “pré-discursivo”, anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra *sobre a qual* age a cultura.

que nos permitem entender não somente o gênero como categoria de diferenciação diferente das imposições biológicas, mas o papel que o sexo possui nesta interpretação, já que, por seu caráter supostamente natural (alguns diriam biológico ou essencialista), seria considerado determinante, mas não o é. Mesmo o sexo está inserido em um contexto que o valora, de modo que Butler justifica mesmo as noções de homem e mulher como conceitos não metafísicos⁴, permitindo entender gênero como um conceito ainda mais fluído (para não dizer inconsistente⁵), na medida em que esse último é uma expressão, um efeito do ser.

⁴ Em termos de ontologia platônica

⁵ Em que pesem as valorações feitas sobre “inconsistência de atuação de agentes” Butler indica uma visão positiva

Como bem sintetiza Verena Stolcke (2004), esta interpretação afasta-se da dicotomia sexo determinadamente biológico e gênero socialmente construído. Podemos assim considerar o gênero como produto cultural discursivo como entendia-se já, mas aqui adicionalmente passamos a entender o sexo não como *mera referência* à anatomia, mas também como construção *a partir* do gênero na tentativa de criar um paradigma dualista ligado à anatomia.

1.2 GÊNERO COMO CONCEITO ÚTIL E SUAS APLICAÇÕES

É importante ressaltar que estes termos estão colocados acima de modo instrumental, considerando as particularidades do presente trabalho, que não possui intenção de adentrar em peculiaridades, sendo fundamental ressaltar que principalmente o debate filosófico (genealógico)/antropológico da distinção entre sexo/gênero é muito mais profundo. Mesmo assim, é importante que parte dos produtos desta discussão possa adaptada de modo a servir, por exemplo, como auxílio da elaboração de políticas públicas de prevenção à violência doméstica. Sem este suporte teórico e suas adaptações diversas constatações que nos permitem contribuir para a melhora da sociedade seriam inviáveis.

Colocadas estas considerações, torna-se compreensível (inclusive para fins terminológicos) a adoção do termo “gênero” nos estudos do que assumimos como identidade perante a sociedade e a influência dos estereótipos advindos daquilo denominado sexo. Aliás, também como fundamento para uma boa compreensão sociológica das estruturas nas quais estamos inseridos, já que, em maior ou menor medida, somos produtos de nosso meio, bem como também modificadores desta cultura pela qual somos inevitavelmente afetados.

Com a naturalização deste paradigma, seria possível a concepção ou pelo menos uma proposta que projete para o futuro uma sociedade na qual as diferenças sexuais não impliquem “em hierarquia” (SCOTT, 1990, p. 91) já que

Com frequência, a atenção dada ao gênero não é explícita, mas constitui, não obstante, uma parte crucial da organização da igualdade e da desigualdade. As estruturas hierárquicas dependem de compreensões generalizadas das assim chamadas relações naturais entre homem e mulher [...]. (SCOTT, 1990, p. 91)

É necessário, então, compreender os processos pelos quais a sociedade significa valores, colocando certos indivíduos e atuações em posições de poder. As relações e significações que sujeitos fazem é o que os cria (os sujeitos), em conjunto com suas experiências e seus contextos. O poder, apesar de envolver instituições e sistemas, por exemplo, legais, existe *de um em relação ao outro*. Esta espécie de unilateralidade na definição do modo de atuar dos atores pode ser ressignificada, não como meio de destruição das instituições e relações, mas a partir do diálogo e equilíbrio dessas posições desiguais (em termos de poder), com forte contribuição do gênero já que o mesmo é uma das categorias pelas quais este poder existe. Para isto é necessária a compreensão destas chamadas relações naturais e aquelas construídas.

Imaginamos ser desnecessário argumentar sobre as motivações éticas e os benefícios políticos e econômicos da necessária reforma a ser feita na busca por *igualdade*⁶ em um sentido mais rigoroso do que aquele que me cabe aqui, mas é inevitável pensar na educação, por exemplo, como um mecanismo extremamente eficaz de transformação. Argumentos para o direcionamento de esforços nesta área são reforçados pela reflexão colocada por Keila de Oliveira (2011) ao analisar turmas de educação infantil e ensino fundamental

[...] a criança pode contribuir para a mudança social. As inserções em uma instituição de educação infantil para realização de trabalhos e pesquisas acadêmicas nos permitiram pensar as práticas das crianças, mais precisamente suas brincadeiras, como elementos importantes, pois é através delas que as crianças apresentam múltiplas formas de expressão e se manifestam culturalmente. (OLIVEIRA, 2011, p. 104)

que trazem a ideia de uma conscientização nas primeiras etapas da educação. Em que pese seja necessária uma atuação em todos os campos que envolvam educação, inclusive no sentido de fazer um contingenciamento de potenciais danos sociais por meio da informação, é imprescindível também a elaboração de planos educacionais consistentes que tenham como

⁶ Um debate sério que pode trazer grandes contribuições para a luta da igualdade entre os gêneros vem sendo feito no campo principalmente da economia, com principais expoentes Amartya Sen e Martha Nussbaum. Para mais informações destaque SEN (2010, p. 246-317).

base o respeito entre as diferenças e a compreensão da necessidade de um ambiente de reais igualdades de oportunidades, ainda mais se considerarmos (hipótese levantada pelas pesquisadoras) a aparente falta de pré-concepções das crianças que abre a possibilidade de trabalho para uma compreensão totalmente diferente das relações sociais.

Quando falamos em gênero, falamos sobre algo que permite uma análise ampla que inclui as mulheres (e várias outras categorias de sujeito) tornando-as parte destes estudos sem ser exclusivo e traz destaque para o sistema de relações entre homens e mulheres. Além disso afasta preconceitos baseados em argumentos essencialistas, a ver

Além disso, o termo "gênero" também é utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. Seu uso rejeita explicitamente explicações biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum, para diversas formas de subordinação feminina, nos fatos de que as mulheres têm a capacidade para dar à luz e de que os homens têm uma força muscular superior. Em vez disso, o termo "gênero" torna-se uma forma de indicar "construções culturais" - a criação inteiramente social de idéias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. (SCOTT, 1990, p. 75)

Entendendo o que é o conceito e as possibilidades que seu uso traz, seguiremos para entender a origem, ao que está ligado, e como passou a ser usado o termo, passando a ligá-lo a concepções e contribuições políticas.

1.3 DESENVOLVIMENTO E USO DO TERMO NA ACADEMIA

A compreensão do surgimento do termo gênero dentro da comunidade acadêmica é fundamental pois sua posterior progressiva maior adoção dentro das ciências sociais confunde-se com os usos e possibilidades políticas criadas por essas análises. Os desenvolvimentos expostos anteriormente possibilitaram reflexões e lutas políticas de transformação social que sofrem fortes influências da uma longa evolução do entendimento da separação entre os corpos e as identidades que possuímos.

Na sociedade ocidental os estudos de diferenciação biológica entre homens e mulheres pode ser traçado com boa segurança desde os gregos, evoluindo até o século XX,

momento no qual o desenvolvimento da psicologia, por meio da psicanálise⁷ permitiu entender as diferenças além da mera anatomia. A origem do uso do conceito gênero não é consensual, existindo a princípio duas possibilidades, indicadas em dois artigos que serão usados como base para análise do progresso do termo dentro da academia: “The Inexorable Rise of Gender and the Decline of Sex: Social Change in Academic Titles, 1945–2001”, de David Haig e “La mujer es puro cuento:* la cultura del género” de Stolcke. Enquanto o primeiro faz uma análise de bancos de dados observando os títulos de trabalhos publicados, o segundo texto faz uma reconstrução da evolução do entendimento e transformações do conceito também dentro dos estudos de gênero, mas com foco não desprezível nos eventos políticos concorrentes. As duas análises são essenciais para compreensão do panorama atual, tanto pela compreensão da origem quanto pela grande interferência das lutas políticas advindas destes novos entendimentos que nos serão úteis na segunda parte deste trabalho.

Segundo Haig o termo surgiu a partir do uso “gender roles” pelo célebre psicólogo John Money ao buscar um modo mais adequado que “sex roles” para referir-se à identidade feminino/masculino de pessoas intersexuais. Não deixa de ser interessante o quão assustadoramente em consonância com a mentalidade de modelagem biológica em voga na época (que pode ser exemplificada no caso Brenda/David Reimer⁸, que tornou Money famoso fora dos círculos acadêmicos), sendo importante também manter em mente este uso pioneiro muito ligado a casos de intersexuais e à ideia como se identidade de gênero fosse independente do “sexo biológico”, e assim, possivelmente manipulável a partir do ambiente, já que esta era uma corrente com aceitação não desprezível dentro da comunidade acadêmica. Para estes médicos, entretanto, com a “ajuda” de eventuais correções anatômicas e hormonais.

Apesar desta origem um tanto quanto sombria colocada por Haig, Stolcke traça como fonte do termo “gender” (gênero) o livro “Gênero e Sexo (Gender and Sex)” do psicanalista Robert Stoller. Estas duas origens, não obstante sejam aparentemente conflitantes

⁷ A principal referência sobre este desenvolvimento é o trabalho de Laqueur (2001).

⁸ Após complicações em uma operação de circuncisão David Reimer passou por uma cirurgia de remoção de seu pênis e outras adaptações. Sob orientação de Money (na época destaque nos estudos psicológicos de identidade sexual), seus pais o trataram como pessoa do sexo feminino, vivendo sob uso de hormônios femininos. Money por tempos relatou o caso como um sucesso e demonstração da possibilidade de “aprendizado” da identidade, embora aos 14 anos (quando soube a verdade) Brenda tenha “assumindo-se” David. Mais tarde, tragicamente, possuindo diversos problemas matrimoniais e sociais, cometeu suicídio.

podem ser entendidas como simplesmente diferentes já que para Money o termo possui uma indicação mais simples de desenvolvimento psicológico. Nas palavras de Haig:

Apesar de Money explicitamente adotar uma posição que permite considerações em relação à interação natureza versus estímulo, seu trabalho é implicitamente baseado sob o viés do estímulo. Pelo sexo de uma pessoa poder diferenciar-se de seu papel de gênero, gênero passou a ser associado com um turvamento da dicotomia macho/fêmea, e a alegação de que a "educação repreensiva" superou a anatomia forneceu um argumento poderoso contra a natureza essencialista das diferenças sexuais. (2004, p. 93, tradução nossa)

Ao mesmo tempo para Stoller o termo possui um sentido de oposição ao sexo (biológico). Ou seja, enquanto para o primeiro “gênero” possui uma utilidade de menção à maleabilidade das posições por meio da cultura e educação, como uma “superação da biologia”, o segundo busca justamente um reforço desta divisão sexo/biológico contra gênero/social.

O uso do termo expandiu-se no final na década de 1960 e início de 70 ligado aos estudos feministas que adotaram esta palavra como modo de trazer a independência dos papéis que assumimos em relação aos corpos com os quais nascemos e os significados impostos sob estes. Haig cita a primeira menção acadêmica “feminista” em 1971, por Tobach, não deixando de fazer menção a trabalhos não indexados nos bancos de dados presentes no escopo de sua pesquisa. Este paradigma apresentado é totalmente coerente com os desenvolvimentos políticos da época apresentados por Stolcke, muito ligados à segunda onda feminista⁹, que buscavam igualdade não só legal, mas de oportunidades, possibilidade de expressão, emancipação real em relação à seus corpos, ou seja, não simplesmente como cidadãos diferentes com direitos iguais, mas indivíduos tão capazes quanto os homens, independentemente das identidades assumidos. Esta interação acadêmica com movimentos políticos fez o feminismo transcender

[...] As campanhas pela igualdade de direitos inauguraram uma revisão feminista das teorias socialistas. A primeira Conferência Mundial da Mulher que a ONU convocou na Cidade do México em 1975 em resposta às demandas das mulheres significou a internacionalização do movimento feminista. (STOLKE, 2004, p. 81, tradução nossa)

⁹ Enquanto a primeira onda feminista lutou principalmente por direitos políticos, como direito ao voto, a segunda onda feminista buscava igualdade substancial, e não apenas formal.

inaugurando a possibilidade de uma colaboração internacional na busca dos direitos e igualdade das mulheres por meio da Organização das Nações Unidas (ONU).

Neste primeiro momento, tendo sido feitos os esclarecimentos do significado do termo gênero e também feitas as limitações dos usos do conceito para o presente trabalho, bem como já colocado a importância e utilidade do mesmo e feita a análise do histórico de uso da palavra no meio acadêmico, a partir deste momento será tratada sua adoção em âmbito governamental e diplomático-internacional, além das reações a este paradigma.

2 USO POLÍTICO-INTERNACIONAL DO TERMO GÊNERO

Tendo sido explicado o conceito de gênero para duas das mais relevantes teóricas do século XX e seu desenvolvimento ao longo desse período, colocando em exposição uma pequena parte da discussão que ainda cerca o conceito e seus usos, é importante observarmos os contextos nos quais os estudos de gênero estão inseridos e sendo usados em âmbito internacional. Como exposto acima a compreensão de que não somos exclusivamente produtos de nosso contexto sem agregação de significado por parte de cada ser como indivíduo são importantes para lutas de movimentos que buscam igualdade, já que estes desenvolvimentos teóricos possuem inferências e apropriações por parte desses mesmos movimentos. Exatamente por isso exporei aqui um pouco da história da internacionalização da luta das mulheres por direitos, bem como as reações institucionais importantes para o nascimento do termo “ideologia de gênero”.

A história da entrada de movimentos em organismos internacionais pode ser colocada principalmente a partir de organizações norte-americanas como Organização Nacional para Mulheres (National Organization to Women - NOW) que acabaram por trazer grande visibilidade política ao discurso de independência e direitos femininos, inclusive por meio de tentativas legislativas. Essa internacionalização significou também, apesar da pouca coesão inicial, uma unificação dos movimentos que, por meio principalmente da ONU e agências relacionadas encontraram uma forma de, conjuntamente, pautar seus debates e então

pressionar governos ao redor do mundo por fiscalização e mudanças. É parte desta história que veremos, principalmente a partir de análise documental, a partir de agora.

2.1 LUTA POR IGUALDADE DE GÊNERO NA ONU

Apesar de a primeira I Conferência Mundial da Mulher ser um marco por representar a internacionalização do movimento feminista, seria no mínimo injusto não reconhecer que desde muito antes existia na ONU focos de luta pelo direito das mulheres. Embora tratem-se de formalidades sem planos de ação a Carta das Nações Unidas (datada de 1945), por exemplo, seu documento fundamental traz reconhecimentos interessantes.

O documento, em seu preâmbulo, reconhece como uma de suas crenças a igualdade entre homens e mulheres, com o “maquinário internacional” como forma de promoção destes direitos. No item 3 do primeiro artigo do supracitado documento lê-se que um dos propósitos da instituição é atingir cooperação internacional para promover e encorajar liberdades fundamentais para todas e todos, inclusive “sem distinção de sexo”. O artigo 55 (item “c”) reconhece como uma das condições para a paz (grande preocupação na época, 1945, após duas guerras mundiais) a ONU deveria ajudar a proporcionar respeito universal aos direitos humanos, citando “sem distinção de sexo”, definindo que todos os membros deveriam agir independentemente e em conjunto com a organização para atingir esses objetivos, sendo possível ler nos artigos subsequentes (bem como no capítulo X, sobre o Conselho Econômico e Social) que poderão ser criadas agências na busca destes resultados.

Este último tópico levantado a partir do artigo 55 é importante, pois, por meio da resolução 11 (documento E90 e documento E/84, parágrafo 6) foi estabelecida a Comissão sobre o Status da Mulher (também conhecida como CSW acrônimo de Commission on the Status of Women, anteriormente uma subcomissão) que possui até hoje a função de promover e reportar o avanço nos direitos das mulheres nos âmbitos político, econômico, social e educacional. Sempre em contato com grupos relacionados aos direitos humanos, a CSW abriu espaço para participação de organizações não-governamentais em diversas etapas do processo, proporcionando uma interação diferente daquela usualmente feita por meio de

mecanismos dos Estados-nação. No relatório do primeiro encontro lê-se como metas políticas (A): sufrágio universal, direito igualitário ao voto, ser eleito e preencher cargos públicos, relacionados ao casamento, metas em relação aos direitos civis (B): direitos iguais no casamento, liberdade e dignidade de escolha, bem como monogamia e divórcio, guarda dos filhos, nacionalidade dos mesmos garantida a partir da mãe pelo menos até a maioridade, direitos à propriedade e liberdade contratual (capacidade legal) e, liberdade de estabelecer domicílio com um homem ou sozinha conforme sua preferência; metas sociais e econômicas (C): não-discriminação e igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, proteção aos interesses da mãe e da criança, além de; metas educacionais (D): educação compulsória e gratuita, bem como conscientização da população sobre o status da mulher como detentora de direitos humanos.

Ademais, a comissão também teve papel fundamental na inserção de uma linguagem inclusiva e universalista na declaração de direitos humanos (1948) em termos de gênero, buscando evitar o uso da palavra “homens” (men) como sinônimo de “humanidade”. Deste modo, durante os anos 1947-1962 seria sintético dizer que a CSW lutou pela igualdade formal, legal das mulheres ao redor do mundo. Apesar disso, o papel da divisão sempre foi avaliativo e discursivo, ou seja, possuía influência pelo seu poder, constringendo os governos a adotarem suas recomendações, estabelecendo níveis mínimos aceitáveis, mas sem possibilidade de tomada medidas investigativas e/ou coercitivas.

Prosseguindo, nos anos 1963-1975 a luta por igualdade atingiu novos patamares. A percepção de que mulheres são atingidas mais duramente por dificuldades que atingem a sociedade em geral permitiram pensar o importante tópico do acesso. Em conjunto com a segunda onda feminista que diretamente influenciou este desenvolvimento percebeu-se que, apesar da igualdade legal (formal) estar bem estabelecida em alguns lugares ao redor do globo, as mulheres em geral ainda estavam longe de poder competir com os homens na busca por empregos melhores, com remunerações mais altas, reconhecimento, acesso à ambientes, possibilidade de escolha e respeito à sua individualidade, expressão de si e integridade física. Em suma, a igualdade formal existia, mas a substancial não, e majoritariamente isto pautou a luta destes anos.

Um marco, certamente, é a Resolução 3010 da Assembleia Geral (United Nations General Assembly Resolution 3010), proposta em 1972 e publicada em 1974 que determinou que 1975 seria o “ano da mulher”. Deste modo, em 1975 foi realizada a I Conferência Mundial da Mulher (Conferência do México) que, entre outros, criou planos de ação mundiais e regionais na busca para sanar os problemas acima elencados, entre outros. É interessante notar que parte do foco do plano de ação envolve os 10 anos subsequentes à conferência, de modo que posteriormente a Assembléia Geral, por meio da resolução 31/136, declararia que os anos 1976-1985 seriam a “década da mulher”.

Em 1979 a Assembleia Geral adotou a Convenção para Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, uma espécie de “emenda à Carta de Direitos Humanos (no sentido da Bill of Rights¹⁰ estadunidense) para/das mulheres”. Este documento, por sua força, permite a demanda de relatórios sobre a situação das mulheres nos países envolvidos, bem como a elaboração de sugestões de ação, sob responsabilidade de um comitê criado dentro da organização (usualmente referido como CEDAW, do inglês Committee on the Elimination of Discrimination against Women). Mais interessante ainda é seu protocolo adicional (e opcional) desta convenção, que permite inclusive a instauração de inquéritos para apuração de denúncias com visitas ao território da infração.

Um tópico específico do relatório da Conferência do México foi a recomendação da realização de outra conferência mundial sobre a mulher em 1980, no meio do período planejado para implementação das medidas sugeridas. Assim, nesse ano foi realizada a II Conferência Mundial da Mulher (Conferência de Copenhague). Este segundo evento, entretanto, não despertou tanta atenção da comunidade internacional. Na avaliação do relatório observa-se uma preocupação e aponta como fatores dificultadores no progresso rumo às metas relativas à falta de reconhecimento da participação das mulheres no desenvolvimento das nações, participação insuficiente das mulheres nos processos de tomada de decisão nacionais, bem como falta de ações governamentais que ajudem na organização da vida das mulheres. Deste modo o presente documento chama atenção para a necessidade de atuação

¹⁰ A Bill of Rights, ou Declaração dos Direitos dos Cidadãos dos Estados Unidos foi um documento que foi incorporado à Constituição estadunidense em uma tentativa de permitir a defesa adequada dos direitos fundamentais.

dos governos de forma mais veemente, justamente pela falta de avanço observado em relação às expectativas anteriormente vislumbradas. Assim, inclusive como evento para avaliação da década da mulher, uma das recomendações (recomendação 33) do relatório da Conferência de Copenhague foi a realização de outra Conferência Mundial sobre a Mulher em 1985.

Esta III Conferência Mundial sobre a Mulher (Conferência de Nairóbi) serviu para o estudo e conclusões sobre o fracasso na conquista das metas propostas 10 anos atrás. Um dos pontos colocados na avaliação foi a manutenção da subordinação psicológica, cultural e social feminina a despeito de outros desenvolvimentos. Deste modo o plano da busca pela igualdade de fato estabeleceu-se em três vetores: constitucional e legal, participação social e participação política nas tomadas de decisão. É interessante notar a repetição de demandas, mas neste documento, porém, estas são feitas de modo mais preciso, apontando ainda mais enfaticamente que, apesar da importância de uma legislação igualitária era preciso mais, o momento e estado social exigiam medidas na busca por equidade, tendo em vista que a formalização de direitos não implica na materialização destes.

Antes da análise da IV Conferência Mundial sobre a Mulher (Conferência de Pequim) é importante analisarmos os eventos principalmente pós 1990 e seus efeitos na política da instituição no que se refere aos direitos das mulheres, ponto fundamental para entendermos o início da cruzada anti gênero. Os anos 1990-1993 podem ser pontuados a partir de alguns eventos que, na verdade, eram parte de um esforço revisional e de planejamento para o futuro, focando, na esteira de novos estudos sociais, em problemas urgentes que não toleravam mais espera de desenvolvimentos em campos diversos. A crença de que o desenvolvimento econômico iria resolver os problemas de desenvolvimento começava a ser cada vez mais abalada por novas evidências.

Entre estes eventos estão a Cúpula Mundial para a Criança (World Summit for Children) em 1990, que analisou a situação dos incluídos nesta faixa, tentando estabelecer condições, estabelecendo metas em áreas diversas como saúde, nutrição, educação, entre outros. O documento, inclusive, cita, como importante para o assunto a atenção em tópicos como controle de natalidade, acesso à saúde e alimentação adequada (inclusive para mãe). Após temos a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento

(Eco-92) em 1992, além de outra que merece destaque, a Conferência Mundial de Direitos Humanos (World Conference on Human Rights) em 1993. Essa última, em seu documento final (programa de ação), não só reafirma os direitos humanos como conhecemos (a partir da carta de 1948), mas mescla os direitos econômicos, políticos e civis de modo inseparável, na esteira das compreensões de direitos plenos, chamando atenção para a necessidade e urgência na proteção dos direitos das mulheres, da infância à vida adulta, como também de povos nativos, dando especial ênfase à proteção das crianças. É notável também o posicionamento (pelo menos na maior parte do tempo) da mulher não como incapaz merecedor de proteção (como a criança), mas como sujeito capaz, reconhecendo a falta de igualdade e afirmando a necessidade de corrigir condições, inclusive por meio de esforços para ratificação de tratados como a já citada Convenção de Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher.

Esses anos foram fundamentais já que, em meio à euforia do fim da guerra fria e a perspectiva de um novo século houveram esforços internacionais para avaliar as condições de desenvolvimento humanos no mundo sob novas visões, proporcionadas por avanços nos mais diversos campos, da sociologia e economia a biologia e farmacêutica. E, como referido, entendeu-se que os avanços tecnológicos por si não implicaram (ou gerariam) necessariamente melhora nas condições para todas e todos, embora apontamentos no sentido contrário usualmente mostrem-se corretos. Melhores condições de saúde e educação universais efetivamente signifiquem melhora nas condições de vida da população em geral bem como maiores possibilidades de desenvolvimento econômico, apesar de, especialmente na Conferência de Viena alguns líderes principalmente do sul global demonstrarem certo ceticismo em relação a necessidade direitos civis e sociais. Mais do que oferecer igualdade formal e de condições, não somente as mulheres, mas para todos e todas, especialmente os desfavorecidos e oprimidos, era necessário entregar a esses o controle de suas próprias vidas, oferecendo o suporte para que todos tenham as mesmas condições ao tomar suas decisões.

A Conferência de Pequim (1995) merece destaque dada a sua magnitude e impactos, mas não sem antes uma revisitação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (Conferência do Cairo), ocorrida um ano antes, 1994. A Conferência do

Cairo, ao discutir visões acerca das relações entre populações, desenvolvimento e bem-estar individual sobre desenvolvimento da humanidade em geral, deu importante ênfase à saúde, direitos e empoderamento feminino bem como igualdade de gênero como alicerces do avanço da sociedade (SEN, 2010, p. 196-207).

É importante ressaltar que esta última envolveu um grande número de atores (179 governos estavam representados, além da existência de eventos paralelos em 113 países) e um novo nível de comprometimento das nações como Estados na melhora envolvendo as pautas citadas. Suas conclusões e orientações, sintetizadas no seu programa de ação (International Conference on Population and Development Programme of Action) provocaram alertas na Santa Sé Apostólica e na comunidade islâmica internacional, bem como desgosto em grupos conservadores dos Estados Unidos da América por indicar que atenção à igualdade de gênero e direitos reprodutivos são necessidades fundamentais para o desenvolvimento.

Voltando à série de Conferências Mundiais sobre a Mulher, em 1995 a Conferência de Pequim (Quarta Conferência sobre a Mulher), maior que as anteriores, contou com representantes de 193 países, 17.000 representantes, 30.000 ativistas¹¹, discurso da então primeira-dama dos Estados Unidos da América e resultou em um ousado programa na busca por igualdade, descrito na Declaração e Programa de Ação de Pequim (Beijing Declaration and Platform for Action). Este documento enfatizou a necessidade de atenção em 12 pontos com clara tendência à valorização da emancipação de mulher em relação ao que se espera por elas terem nascido mulheres e os significados em cima dessas pessoas colocados por este detalhe. Estas conclusões demonstram total consonância com as compreensões proporcionados pelos estudos (e militâncias feministas) ligados ao conceito de gênero. O uso da palavra gênero tornou um símbolo desses avanços de modo que a luta pelo seu significado tornou-se uma verdadeira guerra discursivo-política entre atores conservadores e estudiosos de gênero.

2.2 REAÇÕES INSTITUCIONAIS DA IGREJA CATÓLICA

¹¹ Segundo informado em The Beijing Platform for Action: inspiration then and now. The Beijing Platform for Action Turns 20 (UN Women). Disponível em: < <https://beijing20.unwomen.org/en/about> >. Acesso em: 03 de junho de 2020.

Os documentos citados, justamente por seu reconhecimento unânime da comunidade diplomática internacional, marcaram a institucionalização de toda a carga e contribuições há tanto presentes nos estudos de gênero e, aliados ao reconhecimento da independência das mulheres afluíram incômodos há muito presentes em membros da Igreja Católica Apostólica Romana (Igreja ou Igreja Católica, a partir de agora). Parte deste incômodo pode ser claramente observado na declaração da Santa Sé presente no Relatório da Quarta Conferência sobre a mulher (Report of the Fourth World Conference on Women Beijing, 4-15 September 1995)¹², que possui inclusive um item específico: “Declaração da interpretação do termo ‘gênero’”(Statement of interpretation of the term "gender"), na qual reforça a posição anti-escolha (ou pró-essencialização)

Como Anthony Favier (2015) bem afirma, a Santa Sé já mostrava indisposição em colaborar com a ONU desde quando a progressão da Conferência do Cairo encaminhou-se para assertivamente reforçar a necessidade de observância de direitos reprodutivos. A direção que a comunidade internacional tomava no reconhecimento de direitos individuais permitiu que grupos dentro da Igreja antes marginais pudessem tornar-se públicos e ganhar força, sendo organizados eventos para discussões sobre a família e os papéis dos atores desta instituição, bem como possibilitou inclusive ataques à própria ONU como promotora da “ideologia de gênero” originados de membros da Igreja. Não seria exagero dizer que houve uma onda de debates sobre assuntos a partir daquele momento de modo muito mais público, chegando ao ponto de publicações afirmando que as

[...] [A] “teoria de gênero”, ao se espalhar pelas entidades internacionais, supostamente leva a mudanças legais, como a luta contra a homofobia e o reconhecimento civil das uniões homossexuais, o que a torna a presságio de um novo totalitarismo. (FAVIER, 2015, p. 7, tradução nossa)

¹² Um espaço para “considerações” foi um pedido de diversas nações, não apenas pela Santa Sé, é válido mencionar.

mesmo sem respaldo ou mínima base da comunidade acadêmica tradicional (inclusive teológica/religiosa) em geral¹³.

A relação da Igreja Católica com os estudos de gênero não data da década de 1990, mas de muito antes. Na década de 1960 o assunto já atraía atenção de elementos ligados à Igreja Católica. Muito próximo à segunda onda feminista foi iniciado em 1961 o Concílio do Vaticano II pelo Papa São João XXIII. Esse mesmo líder da Igreja (ao contrário de seus antecessores) sempre havia sido omissos em relação ao feminismo, abrindo assim certo espaço dentro da Instituição que. Inclusive, é válido citar, durante o Concílio Vaticano II (idealizado pelo então pontífice), uma das especialistas envolvidas era Yvonne Pellé-Douël, feminista francesa que militava pela ação das feministas católicas para levar a cabo as contribuições de Simone de Beauvoir para a melhora da condição das mulheres, que, segundo a mesma, não poderiam ser ignoradas.

É interessante notar que, com esta abertura, apesar da falta de incentivos, a Igreja estava a criar espaço para os certos atores (como Yvonne Pellé-Douël) trazer para dentro instituição o que os movimentos feministas pensavam sobre a independência feminina. Não é de se desprezar o potencial que teria uma visão dos diretamente afetados atuando por meio dessa instituição, à época tão mais poderosa (que atualmente). Infelizmente estes espaços sumiram no papado de seus sucessores. Favier (2015, p. 3, tradução nossa) traz a posição da Igreja em 1975, em declaração aprovada pelo Papa São Paulo VI (sucessor de São João XXIII): “Qualquer desvio da norma heterossexual “natural” [...] deve despertar compaixão e misericórdia nas Igrejas, mas nunca deve ser legitimada ou reconhecida pelos Estados”

Já o Papa São João Paulo II (que assumiu após breve papado¹⁴ do sucessor de São Paulo VI) busca mais assertivamente o caminho da essencialização, trazendo as qualidades inatas “da mulher”, fazendo um papel conciliador, de inclusão da mulher dentro da comunidade religiosa católica, considerando o feminismo como conhecemos algo “radical”, já que tentava uma abordagem de um novo feminismo. Ainda antes das mudanças pós 1990 lê-se na sua carta apostólica *Mulieris Dignitatem* (João Paulo II, 1988),

¹³ Para uma linha do tempo sobre a reação da Igreja católica em geral recomendo FAVIER (2015), enquanto sobre documentação católica recomendo JUNQUEIRA (2018).

¹⁴ Refiro-me ao papado do Venerável Papa João Paulo I, que durou apenas 33 dias.

A mulher—em nome da libertação do « domínio » do homem—não pode tender à apropriação das características masculinas, contra a sua própria « originalidade » feminina. Existe o temor fundado de que por este caminho a mulher não se « realizará », mas poderia, ao invés, *deformar e perder aquilo que constitui a sua riqueza essencial*.

(...)

Os recursos pessoais da feminilidade certamente não são menores que os recursos da masculinidade, mas são diversos. A mulher, portanto, — como, de resto, também o homem — deve entender a sua « realização » como pessoa, a sua dignidade e vocação, em função destes recursos, segundo a riqueza da feminilidade, que ela recebeu no dia da criação e que herda como expressão [...]. Efetivamente, em todos os casos em que o homem é responsável de quanto ofende a dignidade pessoal e a vocação da mulher, ele age contra a própria dignidade pessoal e a própria vocação.

Mais adiante, ainda excluindo a possibilidade de as diferenças entre homem e mulher serem somente físicas (embora apregoadas a esses fatores), afirmando que, à despeito das características biológicas, as falas da ciência não apontam diferenças limitadamente “biofisiológicas”, mas inclusive um tanto metafísicas (por mais paradoxal que isso seja), colocando a maternidade como um dom inerente à mulher, essencializando as qualidades que esta deve assumir dentro da sociedade.

No entanto, em 1995, antes da Conferência de Pequim (e após a Conferência do Cairo, é válido mencionar), há a publicação da “Carta do Papa João Paulo II às Mulheres”, na qual reconhece os direitos a igualdade salarial, de oportunidades e manifesta-se contra a violência sexual, embora não somente. No mesmo documento torna-se cristalina a construção a partir da *Mulieris Dignitatem* que incita a igualdade, mas tenta diminuir tanto do homem quanto da mulher (mas principalmente desta) a possibilidade de escolha quanto a seu presente e futuro, impondo a cada ser humano um papel a se cumprir. Demonstrando admiração pelas lutas das mulheres, não deixa de fazer um apelo às mesmas para que defendam a “dignidade feminina” (referindo-se ao anteriormente citado aborto, em suas palavras “um pecado grave, antes de ser uma responsabilidade atribuível à mulher, é um crime que deve ser imputado ao homem e à cumplicidade do ambiente circundante”), sempre enaltecendo a mulher como portadora de direitos, valorizando lutas em busca de igualdade, mas também como mãe e cuidadora, dando a entender que daí nasce a identidade que dá valor à mulher.

Justamente pela carga da palavra “gênero”, sintetizadora da noção de que não estamos eternamente ligados a fatores que não escolhemos, o conceito passou a ser usado nos documentos das Conferências do Cairo e de Pequim, possibilitando a compreensão de que existe autoidentificação originada dos sujeitos. O termo foi então eleito por elementos conservadores, no caso, dentro da ONU, pela Santa Sé e Estados islâmicos (justamente pelo espaço que possuem por seu status) como símbolo da subversão que supostamente tenta-se fazer para corromper a sociedade por meio dessas ideias.

Mesmo assim, não é na alta hierarquia da Igreja Católica que nasce o termo “ideologia de gênero”, mas dos espaços de discussão abertos em clara reação à posição que os Estados começavam a tomar, de modo que certamente este cenário de abertura para ataques aos estudos de gênero foi fundamental. É na América Latina, mais especificamente no Peru, segundo Junqueira (2018) que nasce o termo

[...] em 1998, o sintagma “ideologia de gênero” apareceu pela primeira vez em um documento eclesial: uma nota da Conferência Episcopal do Peru, intitulada *La ideología de género: sus peligros y alcances*, cuja confecção, dirigida por Alzamora Revoredo, envolveu a Comissão ad hoc da Mulher e a Comissão Episcopal do Apostolado Leigo. (JUNQUEIRA, 2018, p. 468)

O autor observa também o fato de esta nota ser baseada em textos extensivamente citados de atores carimbados de partes da Igreja Católica como integrantes da Opus Dei. Nota-se que, dada a velocidade com a qual o termo passou a ser usado em outros documentos, seria surpreendente que fosse uma ideia nova.

Os trabalhos tratando de gênero para a Igreja Católica prosseguiram, mas independentemente disso, o interessante aqui é notar o contexto do qual surgiu o termo “ideologia de gênero”. Uma reação não necessariamente encorajada (mas para a qual a Igreja Católica abriu espaço) à busca das mulheres por igualdade em âmbito internacional proporcionou que uma série de grupos evoluíssem diversas teorias infundadas até a concepção de que os estudos de gênero são uma “ideologia”. O cenário que é montado desde 1990 entre os estudiosos de gênero (juntamente com a ONU) contra grupos religiosos (neste primeiro momento, católicos, principalmente) até meados da década de 2000 foi o que proporcionou a intensa guerra discursiva existente atualmente a respeito do simbolismo e uso da palavra

“gênero”. Aqui reitero uma afirmação feita acima: A invenção da “ideologia de gênero” é um claro ataque à busca por liberdade e igualdade principalmente em âmbito acadêmico, sendo apenas uma pequena parte dos movimentos anti-ciência que permeiam grupos religiosos e que encontram eco tanto em atores crentes nessas convicções quanto outros que se utilizam dos poderes e intensidades de sentimentos para projetos paralelos.

CONCLUSÃO

Gênero, assim como classe e raça, é uma categoria de análise deveras importante para compreensão das estruturas de relação de poder existentes na sociedade, principalmente como ótica para a desigualdade flagrante e muitas vezes oculta, outras revelada, mas não necessariamente explicada por estatísticas formais. Entendemos ao longo do artigo o papel dos estudos de gênero, principalmente a partir de uma perspectiva pós-estruturalista e histórica dentro do ambiente acadêmico e também fora dele, na política, com foco na atuação dos movimentos inseridos na ONU, com destaque para as Conferências Internacionais Sobre a Mulher e os marcos ali representados, bem como as demandas em voga e progressão na conquista de direitos.

Justamente essa busca por igualdade, pautada cada vez mais na liberdade de escolha do indivíduo sem pressões externas, sejam elas mais ou menos explícitas, legais ou sociais, começou a incomodar líderes com influência não desprezível, chegando inclusive até a manifestações da Santa Sé em algumas das maiores conferências internacionais da história, quando começou-se a falar explicitamente em direitos reprodutivos contrários aos dogmas aceitos pela Igreja Católica. Isso apesar dos protestos diplomáticos por parte de seu órgão competente pouco pode ser formalmente feito em âmbito político e apesar da união com países fundamentalistas islâmicos.

O curso de ação e opção da Igreja Católica à época foi dar espaço para ruidosos grupos antes marginalizados que, conforme observado por atores diversos, tornaram-se cada vez mais públicos e, utilizando-se da autoridade da instituição presentes nos espaços políticos de tomada de decisão. Essas “correntes” elegeram o termo “ideologia de gênero” para referir-

se aos estudos de gênero, utilizando a expressão usualmente de forma vaga, como uma corrente de pensamento político que teria a intenção de destruir “instituições boas” da sociedade, em um tradicionalismo com pouca coerência. Via de regra fazendo uso de malabarismos lógicos, mentiras e situações falsas, discursos políticos foram baseados em afirmações de que organizações feministas e LGBT¹⁵, buscando igualdade e possibilidade de fazer suas demandas publicamente, bem como condições e abertura em espaços exclusivamente dominados por certos grupos, na verdade possuiriam algum projeto de corrupção moral. Ironicamente, na verdade esses movimentos estão usualmente muito mais alinhados com análises morais e valores cristãos do que esses grupos reacionários que se apropriaram de certa linguagem e simbologia pretensamente ligada a algum tradicionalismo cristão referenciado a tempos idílicos autoritários, haja vista que diversas instituições sob a guarda da livre-interpretação bíblica protestante utilizam-se das religiões para elevar valores pouco cristãos.

Podemos traçar que o surgimento do termo “ideologia de gênero” está inegavelmente relacionado à Igreja Católica, visto que foi em reuniões ligadas a instituição que esses discursos puderam crescer a ponto de ser interessante ao grande público, muitas vezes justificando “reações necessárias” a fatos que foram simplesmente inventados para ganhar anuência e apoio político de setores da população. Porém, especialmente na América Latina, inclusive, como apontado, onde a expressão surgiu, os protagonistas destas disseminações e captação de apoio popular para aprovação de projetos autoritários foram igrejas protestantes com grande capilaridade principalmente em comunidades economicamente desfavorecidas.

Enquanto esses tópicos eram menos importantes para o clero católico brasileiro dentro de seu relativo progressismo inclusive na época, apesar do declínio da Teologia da Libertação e outras preocupações, outras diversas vertentes religiosas encontraram na “ideologia de gênero” um poderoso mobilizador do medo. Com alegações de que grupos estariam corrompendo jovens e tentando destruir as famílias manipulando as crianças

¹⁵ LGBT é a sigla usada no Brasil (e em outras partes do globo) especialmente a partir de 1995 para referir-se àqueles que não são heterossexuais ou cisgênero.

lideranças religiosas protestantes, podendo utilizar capital político para direcionar votos para si (ao contrário de padres e bispos católicos), entraram nos parlamentos.

Exatamente por isso a guerra pela narrativa sobre o que é gênero ou “ideologia de gênero” é tão importante. Em relação ao contexto brasileiro, existem inegáveis inúmeros defeitos nos campos progressistas da arena política brasileira, mas entre os anos 2000-2012 (ao redor do mundo especialmente a partir da década de 1990), a atenção concedida (muitas vezes mais por necessidade do que boa vontade) a grupos historicamente excluídos que puderam ter espaço para organizar-se e fazer suas reivindicações é notável. Enquanto isso, elementos reacionários no Brasil aproveitam-se do esquecimento do trauma autoritário gerado pelo regime militar, utilizando-se de problemas causados por outros fatores, como econômicos e políticos para deslegitimar os avanços sociais conquistados por grupos minoritários, retirando direitos e suas possibilidades de viver de modo digno. Ao contrário do que diversos atores afirmam (e em cima disso é captado parte de seu capital político), os direitos civis, políticos e sociais não precisam ser sacrificados para que a sociedade se desenvolva. Na verdade, ampliação da liberdade (não só econômica) é a esteira para o desenvolvimento e, sem dúvida, liberdade significa não só falta de obstáculo para fazer algo, mas também condições para que se o faça.

REFERÊNCIAS

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão de identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DE OLIVEIRA, K.; DA SILVA, E. S.; SALVA, S. Relações de Gênero e Educação. **Rev. Sociais e Humanas**, Santa Maria, 24 (2), jul./dez. 2011. 101-110.

FAVIER, A. Catholics and gender: A Historical Approach. *In*: Books & Ideas. [S.I.] mar. 2012. Disponível em: <https://booksandideas.net/Catholics-and-gender.html>. Acesso em: 08 jun. 2018.

FAVIER, A. La réception catholique des études de genre. *In*: HAL-Sciences de l'Homme et de la Société. Lille, set. 2012. Disponível em: <https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00765786/document>. Acesso em: 08 jun. 2020.

FOUCAUT, M. **Microfísica do Poder**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

- GIFFIN, K. Violência de gênero, sexualidade e saúde. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 10 (1), 1994. S146-S155.
- GUARNIERI, T. H. Os Direitos das Mulheres no Contexto Internacional - Criação da ONU (1945) à Conferência de Beijing (1995). **Revista Eletrônica da Faculdade Metodista**, nº 8, 2010.
- HAIG, D. The Inexorable Rise of Gender and the Decline of Sex: Social Change in Academic Titles, 1945–2001. **Archives of Sexual Behavior**, 33 (2), 2004. 87-96.
- JUNQUEIRA, R. D. A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. **Psicologia Política**, 18 (43), 2018. 449-502.
- LAQUEUR, T. W. **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud**. Rio de Janeiro: Dumará, 2001.
- MACHADO, M. D. D. C. O discurso cristão sobre a “ideologia de gênero”. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 26 (2) e47463, 2018. 1-18.
- MAGAR, V. Gender, health and the Sustainable Development Goals. **Bulletin of the World Health Organization**, Genebra, v. 93 (11), p. 743.
- OLIVEIRA, A. P. G.; CAVALCANTI, V. R. S. Violência doméstica na perspectiva de gênero e políticas públicas. **Rev. bras. crescimento desenvolv. hum.**, São Paulo, 17, abr. 2007. 39-51.
- REIS, T.; EGGERT, E. Ideologia de gênero: uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros. **Educ. Soc. [online]**, Campinas, 38 (138), 2017. 9-26.
- SCAVONE, L. Estudos de gênero: uma sociologia feminista?. **Estudos Feministas**, Florianópolis, Abr. 2008. 173-186.
- SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, 16, jul./dez. 1990. 71-99.
- SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- STOLCKE, V. La mujer es puro cuento: la cultura del género. **Estudos Feministas**, Florianópolis, mai./ago. 2004. 77-105.
- UDRY, J. R. The Nature of Gender. **Demography**, Chapel Hill, 31 (4), 1994. 561-573.
- UNITED NATIONS. Economic and Social Council. **Report of the 3rd session of the Commission on the Status of Women (21 March - 4 April 1949)**. New York: UN, 1949.
- UNITED NATIONS. Economic and Social Council. **Report of the Commission on the Status of Women (fourth session)**. New York: UN. 1950.

UNITED NATIONS. Economic and Social Council. **Report to the Economic and Social Council on the 1st session of the Commission, held at Lake Success, New York, from 10 to 24 February 1947.** New York: UN, 1947.

UNITED NATIONS. General Assembly. **INTERNATIONAL Women's Year, 1975; United Nations General Assembly Resolution 3010 (XXVII) adopted at the 2113th plenary meeting on 18 December 1972.** New York: UN, 1974.

UNITED NATIONS. **Report of the Fourth World Conference on Women, Beijing, 4-15 September 1995.** New York. 1996.

UNITED NATIONS. **Report of the World Conference of the International Women's Year, Mexico City, 19 June-2 July 1975.** New York: UN, 1976.

UNITED NATIONS. **Report of the World Conference to Review and Appraise the Achievements of the United Nations Decade for Women: Equality, Development and Peace, Nairobi, Kenya, 15 - 26 July 1985.** New York: UN, 1986.

UNITED NATIONS. **World Conference of the United Nations Decade for Women : Equality, Development and Peace, Copenhagen, 14 to 30 July 1980: report.** New York: UN, 1980.

Submetido em 12.08.2020

Aceito em 04.12.2022